



XI COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA

XI COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA 2010

SEDE DEL EVENTO:

Facultad de Filosofía y Letras (UBA)

Puan 480

Ciudad Autónoma de Buenos Aires (Barrio de Caballito), Argentina

CONTR. # 102

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MODIFICAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL: O CASO DE MACAÉ, RJ.

Prof. Dr. Jacob Binsztok – Universidade Federal Fluminense: jacob.binsztok@terra.com.br
Prof. Dr. Julio Wasserman – Universidade Federal Fluminense: julio.wasserman@gmail.com.br
Msc. Thiago Romeu – Universidade Federal Fluminense: thiago_romeu2000@yahoo.com.br

Resumo

O artigo investiga as modificações sócio-espaciais ocorridas a partir da década de 90, decorrentes da reestruturação produtiva, na indústria de exploração e produção de petróleo *offshore* no Brasil, particularmente em Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, comandado pela Petrobrás e compartilhado com multinacionais responsáveis por 80% da produção de petróleo no país. Estas transformações foram pautadas pelo aumento da flexibilização, terceirização e precarização das relações de trabalho, ocasionando em Macaé problemas graves como: espaços segregados, saturação urbana, migrações pendulares e depredação dos recursos naturais. A partir desta década as grandes corporações petrolíferas privilegiaram suas operações de exploração *offshore* em detrimento das reservas localizadas no continente, devido às restrições ambientais em países como os Estados Unidos e Europa, e também pelo acirramento de conflitos geopolíticos enfrentados por estas corporações no Oriente Médio, Venezuela, Rússia e Irã.

Palavras-chaves: Reestruturação produtiva, exploração e produção *offshore*, Macaé, Petrobrás

RE-STRUCTURATION OF THE PRODUCTION, SOCIAL AND SPATIAL CHANGES AND PETROLEUM EXPLORATION AND PRODUCTION: CASE STUDY OF MACAÉ, BRAZIL

Prof. Dr. Jacob Binsztok – Universidade Federal Fluminense: jacob.binsztok@terra.com.br
Prof. Dr. Julio Wasserman – Universidade Federal Fluminense: julio.wasserman@gmail.com.br
Msc. Thiago Romeu – Universidade Federal Fluminense: thiago_romeu2000@yahoo.com.br

Abstract

The article reports a research of the social and spatial transformations in Macaé, Rio de Janeiro, Brazil, occurred since the early 1990's, arising from the re-structuration of the local production caused by the installation of the offshore exploration and production industry. Presently, the region is

responsible for 80% of the Brazilian's petroleum production, carried out by Petrobras, together with a few other Multinational companies, which engendered a radical transformation of the social and spatial status, polarized by the city of Macaé. These changes were powered by the increase in outsourcing and flexibility in Labor Acts that engendered the worsening of the workers and employers relationships. As a result, urban problems like space segregation, saturation, pendular migration and degradation of the natural resources arise. From a thorough evaluation of the situation, it comes out that the petroleum companies favored the offshore operations in detriment of the continental operations, due to environmental restrictions arouse from countries like United States of America and Europe and due to the strengthening of the geopolitical conflicts faced by these countries companies in the Middle East Countries, Venezuela and Russia.

Key-words: Production re-structuration, offshore exploration and production, Macaé, Petroleum.

Contexto histórico

O quadro socioeconômico de Macaé na década de 40/60 conforme os estudos de LAMEGO (1940), (1944) e BERNARDES (1957), que analisaram a região no referido período, periférica à agroindústria canavieira de Campos, apresentando reduzidas iniciativas industriais, e incipiente movimento comercial. Estes referenciais foram selecionados pelo seu caráter pioneiro e descritivo, contendo indicações que permitiram o conhecimento das condições naturais, econômicas e sociais anteriores à presença da Petrobrás na região. A literatura pesquisada permitiu ainda avaliar a magnitude das alterações sócio-espaciais provocadas pelo advento de uma empresa de grande porte, que utiliza tecnologia de ponta, em cidades que não apresentava nenhuma possibilidade de sinergia para a implantação deste tipo de empreendimento.

A análise dos trabalhos de LAMEGO (1940), (1944) e de BERNARDES (1957), permitiu uma melhor compreensão dos motivos que levaram a base técnica formada por engenheiros e geólogos a optarem na década de 70, pela instalação da empresa em Macaé. Estes trabalhos forneceram também importantes subsídios para o conhecimento das condições estratégicas da região, antecipando as potencialidades de apoio oferecidas pelas instalações portuárias de Imbetiba, devido ao calado profundo desta enseada, raro neste trecho do litoral brasileiro, caracterizado por longas faixas arenosas atuando como obstáculos para instalação de portos de apoio. Caso não fossem aproveitadas as instalações de Imbetiba, somente em Arraial do Cabo seriam encontradas as condições necessárias para implantação portuária de apoio a prospecção de petróleo em águas profundas.

Neste período a população de Macaé apresentava 11.000 habitantes e a decadência vivenciada pela cidade e pelo porto de Imbetiba, já observada por LAMEGO (1944), permanecia, com o autor destacando a necessidade da execução de obras de drenagem das áreas de brejo que seriam incorporadas pela pecuária e pela agroindústria na baixada campista. É relevante destacar a atuação de Lamego como um dos ideólogos das obras de drenagem no país, particularmente na Baixada Campista, considerada uma das mais significativas obras públicas do Estado Novo executada durante o 2º Período da Era Vargas.

Na exploração e produção de petróleo, técnicos graduados no país e com capacitação no exterior dirigiram os respectivos setores da Petrobrás, ao contrário do período anterior, quando foi elaborado o "Relatório Link", onde predominava somente a presença de técnicos estrangeiros. O referido relatório enfatizava a reduzida possibilidade de serem encontradas jazidas de petróleo de grande porte nas áreas continentais do país. À época, tecnologias de prospecção de petróleo em águas profundas ainda eram desconhecidas e restritas apenas a 200 metros da superfície.

As conclusões de Link foram discutidas atualmente por especialistas como Marcos Assayag (CENPES), Giuseppe Bacocoli (UFRJ/COPPE) e Ricardo Furtado (UNICAMP), mostrando que o documento apontava para a necessidade de serem pesquisados reservatórios de petróleo em águas da

plataforma continental. Para estes autores o mito de que o “Relatório Link” teria congelado as pesquisas de petróleo não se confirmou, ao contrário, privilegiou a necessidade de serem canalizados esforços para a investigação inicialmente em águas superficiais, posteriormente profundas e atualmente em águas ultra-profundas ou abissais, constituindo-se nas reservas do denominado pré-sal, alvo de grandes debates em função do estabelecimento de novos marcos regulatórios para a exploração e produção de petróleo no país. Para Lessa (2000), as conclusões do relatório Link podem ser assim resumidas:

“O Brasil tinha poucas chances, pelas informações geológicas disponíveis, de encontrar petróleo em seu Escudo Cristalino Central. Havia alguma possibilidade – porém pequena – nas bacias sedimentares. As melhores chances, entretanto, estariam em sua plataforma marítima continental.”
Lessa (2000, página 21)

O fato de que o geólogo Walter Link era um antigo funcionário da Standard Oil of New Jersey, levantou suspeitas quanto aos reais objetivos de suas observações contidas no Relatório, alimentando suposições de que o técnico não estivesse realmente a serviço da Petrobrás, e sim cumprindo tarefas que iam de encontro ao interesse de seus antigos empregadores, ou seja, negar a existência de petróleo no país. Contudo, é importante ressaltar que o Relatório Link acabou se tornando uma peça fundamental para a reafirmação do monopólio estatal de petróleo exercido pela Petrobrás naquele conturbado período político, onde correntes nacionalistas e contrárias ao monopólio se mobilizavam em defesa de seus ideários.

Advento da exploração e produção de petróleo em Macaé

A Petrobrás instala-se em Macaé, em 1977, por intermédio de um grupo de técnicos dirigidos pelo geólogo Carlos Walter Marinho Campos, prospectando petróleo em águas superficiais do litoral fluminense, após viagem de estudos pelo Oriente Médio, concentrando seus trabalhos no Iraque, onde acompanhou pesquisas em jazidas continentais. É importante registrar que o referido grupo também pesquisou o litoral nordestino, maranhense, paraense, e o interior amazônico, não conseguindo obter resultados positivos, no entanto acumularam experiências no estado da arte para futuras prospecções de petróleo em águas superficiais e profundas. Neste período o comando das operações de prospecção da empresa estava sediado em Vitória, que fornecia o apoio logístico para pesquisa de petróleo ao campo pioneiro de Garoupa, que marca o início da exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos.

As pesquisas da Petrobrás em Macaé sofreram influência de episódios que ocorrem em escalas globais e nacionais no referido período, como o Primeiro Choque do Petróleo, majorando, sensivelmente o preço do produto; a criação da BRASPETRO, braço internacional da Petrobrás, encarregada de encontrar no exterior o petróleo não produzido internamente e pelo direcionamento de investimentos para ampliação do parque petroquímico no país. A referida fase caracteriza-se pelo destaque conferido ao treinamento dos técnicos brasileiros e a contratação de consultores estrangeiros, com a produção da empresa totalmente dependente dos campos localizados no Recôncavo Baiano. Neste sentido, as pesquisas em Macaé permitiram o estabelecimento de um mix tecnológico, envolvendo a experiência de técnicos brasileiros e o intercâmbio com especialistas estrangeiros, possibilitando, desta forma, estabelecer um inédito cruzamento de informações e práticas de exploração e produção de petróleo em águas superficiais e posteriormente profundas no país.

A instalação da Petrobrás em Macaé acarretou uma significativa mudança na composição setorial de sua economia, registrando o setor primário no ano de 2000, somente 0,2% do PIB municipal, com o setor secundário perfazendo 67,5% e o setor terciário 32,3%. Estas informações revelam a importância da extração e produção de petróleo e do setor de serviços da economia de Macaé, anteriormente funcionando como um espaço agropecuário periférico de Campos.

Analisando os impactos proporcionados pela exploração do petróleo e gás na organização do espaço regional e nacional, MONIÉ (2003) mostra as diferenças das escalas de tempo e espaço entre a Bacia de Campos e de países como a Argélia, Arábia Saudita, Venezuela e México. Nestes países o auge da exploração de hidrocarbonetos ocorre muito antes do Brasil, coincidindo com períodos de forte intervenção do Estado na economia.

Neste sentido o autor ressalta que o apogeu da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos acontece em uma época de retração do Estado na ordem econômica, marcada pelo advento de novas formas de regulação e de crise das tradicionais políticas de planejamento regional, refletindo o desmonte do ciclo nacional-desenvolvimentista que dirigiu o país desde a década de 30. Acrescenta-se também o papel desempenhado pela Constituição de 1988, outorgando novos instrumentos e competências aos estados federados e, sobretudo aos municípios, visando a atenuar os excessos centralizadores cometidos pelo Governo Militar. No caso das atividades petrolíferas estas mudanças são expressas pela distribuição, às administrações locais de significativos recursos oriundos dos royalties do petróleo e gás natural.

O pagamento de royalties proporcionou significativas alterações no ordenamento territorial e ambiental do Norte Fluminense, provocando um intenso processo de fracionamentos, originando a fundação dos seguintes novos municípios: Cardoso Moreira (Campos), Quissamã (Macaé), Carapebus (Macaé) e São Francisco de Itabapoana (São João da Barra). O processo abrangeu ainda a região das Baixadas Litorâneas, onde foram fundados os municípios de Armação dos Búzios (Cabo Frio) e de Rio das Ostras (Casimiro de Abreu).

A terceirização da força de trabalho da Petrobrás, iniciada neste período, não está associada ao ideário neoliberal dos anos 90, flexibilizando as relações de trabalho, pois a modalidade adotada priorizava a contratação de técnicos estrangeiros para uma indispensável transferência de tecnologia de prospecção em águas profundas, pois o país na época não possuía quadros necessários para execução plena desta atividade.

No âmbito institucional a exploração e produção de petróleo na região contribuíram também para a fundação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo – OMPETRO, constituída pelos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. A referida organização atua como um “lobby” do poder público local na defesa dos interesses econômicos dos municípios envolvidos na extração do petróleo. Os recursos recebidos pelo pagamento de royalties da PETROBRÁS às prefeituras são geralmente utilizados em obras de cosmética urbana, como criação de praças, chafarizes, asfaltamento de ruas, procedimentos típicos do paternalismo e assistencialismo de cunho eleitoral reinante no país.

Analisando a atuação da OMPETRO entre os empresários de Macaé, PIQUET (2004) comprova a imagem negativa que a instituição possui entre as lideranças do setor, pois preocupados com as questões de desenvolvimento local afirmaram que o trabalho da organização é “paroquial e de curto prazo” interessado somente na defesa dos royalties, não conseguindo mobilizar lideranças do setor privado e dirigentes municipais para articular propostas de desenvolvimento regional.

Como exemplo destes procedimentos pode-se apontar os casos em que os royalties são utilizados pelas municipalidades, como Quissamã, para o pagamento de bolsas e transporte de alunos de curso superior e médio em estabelecimentos de ensino público e privado, geralmente localizados em Niterói. Também são utilizados para pagamentos de funcionários públicos pela Prefeitura de Macaé como moeda de troca para o apoio eleitoral de candidatos locais

Nesta linha, BARENBOIM e BURSZTYN (2008), analisaram os resultados das eleições brasileiras de 2000/2004, destacando os municípios pobres onde os prefeitos que aumentaram os gastos com assistencialismo em detrimento da educação conseguiram obter maiores chances de se reeleger ou de eleger seus sucessores, revelando perfeita sintonia com as preferências manifestadas pela comunidade. Os autores mencionaram que nos municípios ricos, os investimentos em educação serviram como uma garantia de sucesso nas urnas. Os resultados desta pesquisa ajudaram a compreender as prioridades adotadas pelos prefeitos na utilização dos royalties da Bacia de Campos.

A importância da Bacia de Campos é ressaltada pela Agência Nacional de Petróleo, mostrando que, entre os 11 municípios que mais receberam royalties no país, 7 estão na sua área de influência e localizados no Norte Fluminense (Tabela 1), alterando integralmente a antiga dinâmica sócio-espacial da região, que hoje é responsável por 80% da produção de petróleo e 42% do gás brasileiro. O município de Coari (AM) está colocado em 10º lugar, revelando o recente desenvolvimento da produção de gás na Amazônia.

***Tabela 1: Os 10 Municípios Brasileiros que mais Receberam Royalties em 2009. ATUALIZAR**

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R\$)
1 - Campos dos Goytacazes-RJ	419.628.508,95
2 - Macaé-RJ	294.572.486,39
3 - Rio das Ostras-RJ	117.771.472,02
4 - Cabo Frio-RJ	95.662.504,78
5 - São João da Barra-RJ	73.127.945,30
6 - Angra dos Reis-RJ	66.117.238,37
7 - Quissamã-RJ	65.922.006,99
8 - Paraty-RJ	62.914.490,61
9 - Rio de Janeiro-RJ	44.734.246,91
10 - Coari-AM	39.739.769,25
11 - Casimiro de Abreu-RJ	39.162.852,78

Fonte: ANP/ 2010

Em virtude dos procedimentos adotados pelas autoridades municipais, e tendo em vista que o petróleo não é um recurso renovável, o Congresso Nacional está manifestando a intenção de rever a política de pagamento de royalties, principalmente em relação aos novos e gigantescos campos de petróleo destinando os novos recursos prioritariamente para o atendimento à educação básica, ciência e tecnologia. Esta mudança é necessária na medida em que poderia incentivar importantes inovações no futuro quando as jazidas de petróleo sofrerem redução e o acesso dificultado. A magnitude dos royalties é constatada quando verificamos as informações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), mencionando Macaé como tendo recebido no mês de fevereiro de 2010 cerca de 28 milhões de reais, estimando R\$ 300.000.000 ao ano e R\$ 36.000 como renda *per capita* municipal, quase o quádruplo da média nacional, não justificando o grave quadro de degradação sócio-ambiental encontrado no município.

A proposta de mudança para o pagamento de royalties do petróleo tramitando no Congresso Nacional apresenta a seguinte distribuição: municípios localizados em frente a poços – 7,5%, estados localizados em frente a poços – 7,5%, municípios de embarque e desembarque – 10%, Forças Armadas – 15%, Ministério da Educação – 17,5%, Ministério da Previdência – 17,5% e 25% destinado a um fundo especial.

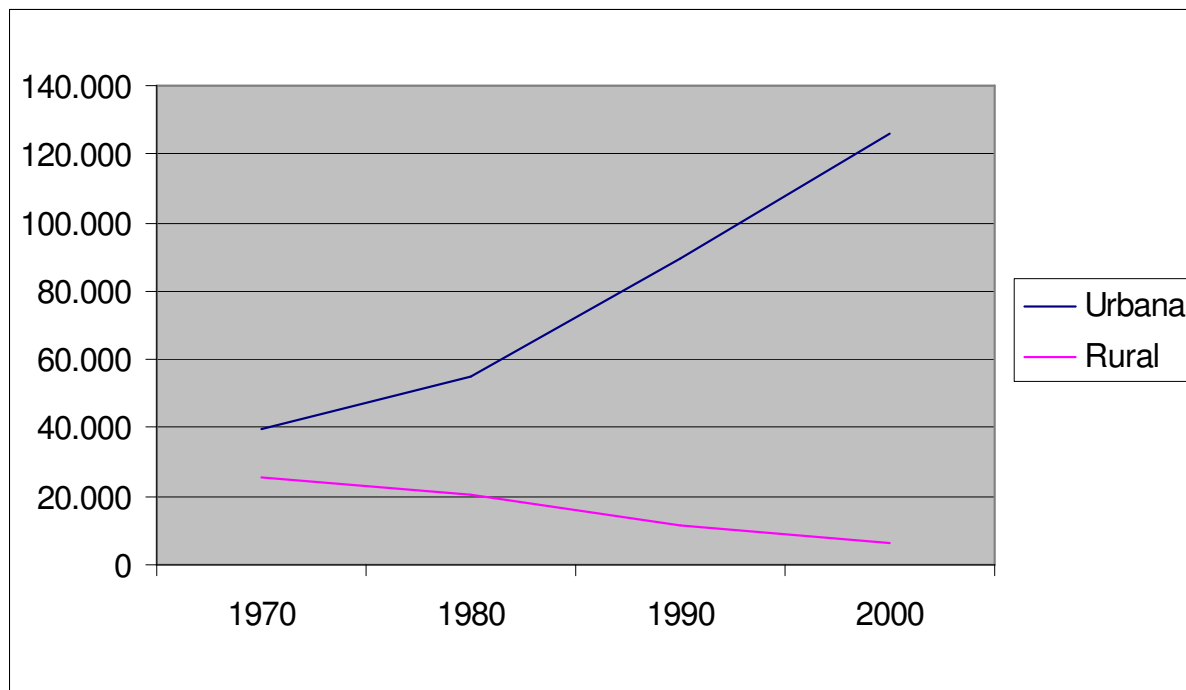
Análise da força de trabalho e do perfil empresarial do setor petrolífero em Macaé

A presença da força de trabalho petrolífera dedicada de forma direta e indireta nas operações de exploração e produção da Bacia de Campos insere Macaé em uma nova escala, abrangendo desde as dimensões globais fornecidas pelas empresas transnacionais de prospecção, até impactos locais e regionais decorrentes da mobilização de trabalhadores do setor envolvendo funcionários da Petrobrás e uma vasta gama de fornecedores e prestadores de serviço.

Segundo informações do IBGE a cidade entre 1940 e 1970 apresentou um lento crescimento demográfico, passando de 29.000 para 47.000 habitantes. O crescimento é acelerado a partir de 1970, atingindo 59.000 habitantes em 1980, 94.000 em 1991 e 131.550 no censo de 2000, possuindo atualmente 154.000 habitantes segundo estimativa fornecida pelo IBGE (Gráfico 1). O advento da Petrobrás em Macaé transformou a cidade em um pólo de atração para fluxos migratórios, particularmente para os trabalhadores jovens de baixa renda. Esta atração continua, pois projeções realizadas pela municipalidade estimam para 2010 uma população de 200.000 moradores. Segundo cálculos da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), a população atual da cidade está estimada em cerca de 170.000 habitantes.

O crescimento demográfico médio anual de Macaé está estipulado em torno de 3%, muito acima da média estadual que apresentou uma taxa de 1% entre 1990 e 2000. Segundo os estudos realizados por FAURÉ (2003), a taxa de urbanização do município no referido período foi estimada em torno de 95%, acompanhando os questionáveis critérios utilizados pelo IBGE na definição dos espaços urbanos e rurais do país.

Gráfico 1 – População de Macaé – Urbana e Rural



Fonte: IBGE/ Sidra – 2008

Segundo o estudo de HASENCLEVER e FAURÉ (2003), as plataformas da Bacia de Campos geram cerca de 7.000 empregos diretos e 20.000 indiretos controlados por mais de 400 empresas da indústria de serviços de apoio às operações de exploração e produção de petróleo. PESSANHA e SILVA NETO (2004) concordam com estes autores, no entanto, ressaltam a ocorrência de uma redução dos empregos diretos gerados pela Petrobrás, que, na década de 80, empregava nesta forma, cerca de 10.000 trabalhadores. Este enxugamento revela a inserção da empresa no processo de reestruturação produtiva, enquadrando-se nos padrões do aumento de eficiência e produtividade, ditados pela lógica da globalização econômica.

PIQUET (2004) realizando trabalhos de campo com o objetivo de elaborar o perfil empresarial da região identifica a presença de três grupos distintos: a) transnacionais; b) fornecedores locais do setor petrolífero; c) não-vinculados ao setor.

No primeiro grupo estão incluídas as empresas fornecedoras diretas de serviços altamente especializados às petroleiras que atuam na Bacia de Campos, possuindo em média mais de 50.000 empregados no mundo, e 500 na região, com centros tecnológicos próprios e localizados no país-sede. Neste sentido os equipamentos de ponta e a mão-de-obra mais sofisticada utilizadas por estas empresas são importados. Em relação aos certificados, todos possuem a certificação ISO-9000, mas apenas algumas contam com a ISO-14000. A força de trabalho empregada no país pelas transnacionais em linhas gerais possui 2º grau completo, com as funções subalternas como limpeza e segurança entregues a empresas terceirizadas.

O segundo grupo, de acordo com a pesquisadora é constituído por empresas regionais concentradas em Macaé que se relacionam diretamente com as petroleiras ou com as transnacionais, mediante o fornecimento de equipamentos e serviços de baixa tecnologia, como estacas de ancoragem, bóias, serviços de calderaria, abastecimento alimentar das plataformas, transportes de combustíveis, recuperação de equipamentos e pintura industrial. Estas empresas são administradas profissionalmente, com poucas certificações ISO-9000 e com o quadro de pessoal reduzido, entre 10 a 120 empregados, possuindo qualificação mínima de 2º grau completo. Este grupo não participa de entidades de classe ou de programas sociais, que entendem como exclusiva atribuição do setor público, pois para isso pagam impostos.

As empresas deste grupo não participam de associações de classe e raramente se envolvem em trabalhos sociais. Consideram a administração pública ineficiente porque não está atenta as suas necessidades, reclamam da falta de segurança nas ruas, da iluminação urbana precária e dos transportes coletivos ineficientes.

As empresas do terceiro grupo possuem grande heterogeneidade englobando setores da engenharia civil, extrativa mineral, transporte de combustíveis, alimentar, material de construção, confecção feminina e usinas açucareiras. Este grupo é formado em grande parte por empresas familiares que não adotam procedimentos administrativos modernos, no entanto, participam de associações de classe e raramente de projetos sociais.

Segundo PIQUET (2004) o processo de abertura da economia brasileira iniciado nos anos 90 levou as associações de classe dos principais fornecedores de bens e serviços para Petrobrás, a fundarem um movimento reivindicatório denominado “Compete Brasil”. Prosseguindo, a pesquisadora destaca que paralelamente a este movimento a Agência Nacional de Petróleo – ANP, como órgão regulador do setor, passou a exigir que as concessionárias das áreas de exploração e produção dessem igualdade de tratamento aos fornecedores locais em todos os seus projetos no país.

O trabalho de PIQUET (2004) mostra que a junção destes movimentos formou a Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP, criando um lobby em permanente alerta na defesa dos interesses empresariais nacionais, reivindicando a implantação de uma refinaria no Norte Fluminense e privilegiando nitidamente a presença da pequena e média empresa na cadeia produtiva de petróleo.

As reivindicações da Organização, visando à instalação de uma refinaria na região como condição dispensável para ultrapassar a categoria de enclave, desenvolvida pela extração de petróleo

em Macaé parece distante em virtude das melhores condições apresentadas para a construção do Complexo Petroquímico de Itaboraí, em comparação com o Norte Fluminense.

O procedimento da ONIP revela um destaque especial para o funcionamento do denominado capitalismo concorrencial seguindo uma orientação schumpeteriana privilegiando a pequena e a média empresa como detentora de melhores condições para a absorção de inovações tecnológicas, em função de que as grandes corporações em virtude de seus elevados investimentos operam de forma monopolista, visando a mitigar possíveis riscos em seus negócios.

Visando a estimular a produção de petróleo, foi criado um regime fiscal especial para o setor (REPETRO), em 1997, isentando de pagamentos de vários impostos federais a importação de equipamentos utilizados na exploração do petróleo. Estas medidas foram consideradas essenciais para redução dos custos da indústria e da produção brasileira dos últimos anos. As empresas nacionais, também foram beneficiadas, pois, segundo a ONIP não pagam impostos para fornecer equipamentos para as plataformas de exploração de petróleo.

A categoria enclave utilizada tradicionalmente pela economia e pela geografia política para designar empreendimentos de extração mineral destinados para o mercado externo é também empregada em virtude das características dos equipamentos fixos construídos e operados pela Petrobrás em Macaé, voltados “para fora”, tais como: Complexo Sede da Empresa, Parque de Tubos, Porto de Imbetiba, Terminal de Cabiúnas, Aeroporto Farol de São Tomé, 42 Plataformas (37 de exploração e 5 de perfuração), cerca de 170 embarcações. Este numeroso equipamento controlado somente por uma empresa, no caso Petrobrás, constitui-se único caso no mundo.

A estrutura empresarial de Macaé, segue em linha gerais os padrões nacionais, com as microempresas (0 a 9 empregados) concentrando 84% do conjunto; as pequenas empresas (10 a 49 empregados) representando 11 % do total; as médias empresas (50 a 249 empregados) com 4%; e as grandes (250 ou mais empregados) compondo apenas 1% do universo. O referido quadro ressalta a grande capacidade de gerar emprego e renda proporcionada pelos pequenos e médios empreendimentos no país. Tendo em vista tratar-se de um setor de elevada qualificação e com restrições em relação à segurança e condições de trabalho as remunerações são elevadas, estimando-se que cerca de 30% da força de trabalho da cadeia petrolífera possui cinco ou mais salários mínimos mensais.

Para HASENCLEVER e FAURÉ (2003), o fim do monopólio estatal na exploração de petróleo permitiu um maior dinamismo da economia de Macaé, na medida em que inúmeras empresas brasileiras e estrangeiras decidiram operar nas atividades de extração de petróleo na região. Prosseguindo os autores mencionam estudos realizados pelo BNDES mostrando que nos três segmentos da cadeia petrolífera (exploração; perfuração, completação e produção; refino e transporte) a competitividade dos fornecedores brasileiros sofre restrições, particularmente nos setores de exploração e perfuração. Assim, o fim do monopólio estatal na exploração de petróleo permitiu inicialmente o acirramento da concorrência e o aperfeiçoamento das exigências para entrada na cadeia petrolífera. Estas medidas facilitaram a melhoria da qualificação das empresas locais, penalizadas pelo elevado regime tributário vigente em nosso país dificultando sua competitividade com as empresas estrangeiras que se interessam somente pelas operações no setor que apresentam maiores rentabilidades e menores riscos.

Conclusões

A pesquisa mostra os significativos impactos construídos pela reestruturação produtiva em Macaé, onde o advento de uma tecnologia de ponta adotada na região para a exploração e produção de petróleo em águas profundas operada pela Petrobrás e empresas transnacionais não impediu a presença e o agravamento de inúmeros problemas sócio-ambientais, tais como dificuldades de acesso à habitação decorrente da inflação do preço de imóveis, ocasionando a invasão de terrenos e o surgimento de

favelas com os tradicionais obstáculos para a obtenção de serviços de água, esgoto, educação, saúde, cultura, geração de emprego e renda em virtude da flexibilização e precarização das relações de trabalho. O referido quadro sofre ainda a interferência de uma população móvel estimada entre 20.000 a 30.000 pessoas que diariamente se dirigem à Macaé, provenientes de municípios próximos.

Neste sentido, a gestão predatória e de curto prazo adotada pela maioria das empresas que operam na Bacia de Campos, não privilegiou a obtenção de certificados de qualidade, conseqüentemente não estimularam a participação da força de trabalho em projetos de Responsabilidade Social e de Governança Corporativa, sendo destacadas como construtoras do efêmero, onde Macaé ocupa a posição de um enclave na cadeia produtiva de petróleo e gás do sudeste do país.

As propostas apresentadas para o redirecionamento dos royalties do petróleo para projetos de educação, ciência e tecnologia, o trabalho demonstram que estas iniciativas sofrem resistências de políticos municipais que, em alianças com lideranças de comunidades de baixa renda, apóiam a permanência de práticas assistencialistas e patrimonialistas no atendimento dos problemas sociais locais revelando a convivência do atraso ao lado de sofisticadas técnicas de exploração e produção de petróleo em águas profundas.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, F.P. Migrantes Ricos e Migrantes Pobres: a herança da economia do Petróleo em Macaé/RJ. In: IV Encontro Nacional Sobre Migrações. ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, 2005

BACOCOLI, G. O Dia do Dragão: ciência, arte e realidade no mundo do petróleo. Ed. Synergia, Rio de Janeiro, 2008

BARENBOIM, I. e BURSZTYN, L.(2008). Educação ganha eleição. O GLOBO, 22/08/2008, pg. 7

BERNARDES, L.M.C. (1957). Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edição do Conselho Nacional de Geografia.

DAVIDOVICH, F. (2000). Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. Território, nº 9 jul-dez, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ

FAURÉ, Yves-A. A transformação da configuração produtiva de Macaé,RJ: uma problemática de desenvolvimento local. In: FAURÉ, Yves-A,

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2007, 16º edição.

HASENCLEVER, L. (Orgs).*O Desenvolvimento Econômico Local no Estado do Rio de Janeiro*.Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.

IGEO/UFRJ (2003). Caracterização do meio sócio-econômico e previsão de impacto na área de influência da atividade de extração de petróleo na Bacia de Campos, Rio de Janeiro, Instituto de Geociências/UFRJ-Redepetro.

LAMEGO, A.R. (1940). O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro: IBGE.

_____ (1944). O Homem e a Restinga. Rio de Janeiro: Editora Lidador.

LESSA, C. (2000). Auto estima e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: editora Garamond.

MONIÉ, F. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, Rosélia. (Org.). Petróleo, royalties e região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, v. 1, p. 257-285.

PIQUET, R. (2004). Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo. V Colóquio sobre Transformaciones Territoriales – Nuevas visiones em el início del siglo XXI. Universidade Nacional de la Plata, Argentina.

POCHMANN, M. Sobre a Nova Condição de Agregado Social no Brasil, in Revista Paranaense de Desenvolvimento, n° 5, Curitiba, Iparides, 2003.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.